

Coremas II Geração de Energia SPE S.A.

**Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de
2025 e 2024.**



KPMG Assurance Services Ltda.

Rua Verbo Divino, 1400 - Conjunto 101 – parte e 701 – parte,

Chácara Santo Antônio, CEP 04719-911, São Paulo - SP

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil

Telefone 55 (11) 3940-1500

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Diretores da

Coremas II Geração de Energia SPE S.A.

Coremas - PB

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Coremas II Geração de Energia SPE S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Coremas II Geração de Energia SPE S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como

necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

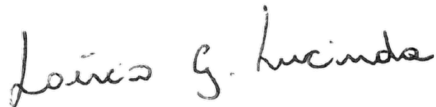
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 22 de abril de 2026

KPMG Assurance Services Ltda.

CRC 2SP-023228/O-4



Laércio Gésio Lucinda

Contador CRC 1SP241847/O-9

COREMAS II Geração de Energia SPE S.A

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024

(Em Reais)

Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
	<u>Nota explicativa</u>	<u>2025</u>	<u>2024</u>		<u>Nota explicativa</u>	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	22.959.455	18.531.859	Empréstimos e financiamentos	11	6.370.070	6.470.413
Contas a receber de clientes	7	3.823.075	3.058.580	Fornecedores		927.636	155.956
Impostos e contribuições a recuperar		40.803	20.263	Obrigações tributárias	12	3.568.388	3.630.559
Outras contas a receber	8	4.091.672	2.604.956	Imposto de renda e contribuição social		308.118	279.616
		30.915.005	24.215.658	Dividendos a Pagar	13	67.364	-
				Outras contas a Pagar	19	289.314	146.441
						11.530.890	10.682.985
Não circulante				Não circulante			
Imobilizado	9	114.280.427	120.790.443	Empréstimos e financiamentos	11	61.237.435	68.443.792
Intangível	10	698.611	731.944			61.237.435	68.443.792
		114.979.038	121.522.387	Patrimônio líquido			
				Capital social	14	72.909.443	72.909.443
				Reserva de lucros		216.274	-
				Prejuízos acumulados		-	(6.298.175)
						73.125.717	66.611.268
Total do ativo		145.894.043	145.738.045	Total do passivo e patrimônio líquido		145.894.043	145.738.045

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COREMAS II Geração de Energia SPE S.A

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024

(Em Reais)

	Nota explicativa	2025	2024
Receita operacional líquida	15	28.457.989	29.348.580
Custos da operação	16	(10.574.267)	(10.633.604)
Lucro bruto		17.883.722	18.714.976
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas administrativas e gerais	16	(2.016.829)	(1.708.729)
Outras receitas operacionais	16	2.036.776	-
		19.947	(1.708.729)
Resultado operacional		17.903.669	17.006.247
Receitas financeiras	17	1.751.066	1.111.023
Despesas financeiras	17	(10.646.097)	(10.939.304)
Resultado financeiro		(8.895.031)	(9.828.281)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		9.008.638	7.177.966
Imposto de renda e contribuição social corrente	18	(2.426.826)	(1.287.746)
Lucro líquido do exercício		6.581.812	5.890.220

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COREMAS II Geração de Energia SPE S.A

Demonstrações do resultado abrangente

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024

(Em Reais)

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Lucro líquido do exercício	<u>6.581.812</u>	<u>5.890.220</u>
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	<u><u>6.581.812</u></u>	<u><u>5.890.220</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COREMAS II Geração de Energia SPE S.A

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024

(Em Reais)

	Capital Social	Reserva de lucros	Reserva Legal	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2023	72.909.443	-	-	(12.188.395)	60.721.048
Lucro líquido do exercício	-	-	-	5.890.220	5.890.220
Saldos em 31 de dezembro de 2024	72.909.443	-	-	(6.298.175)	66.611.268
Lucro líquido do exercício	-	6.581.813	-	-	6.581.813
Transferência de Prejuízo	-	(6.298.175)	-	6.298.175	-
Constituição de reserva legal	-	(14.182)	14.182	-	-
Dividendos Mínimos Obrigatórios	-	(67.364)	-	-	(67.364)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	72.909.443	202.092	14.182	-	73.125.717

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COREMAS II Geração de Energia SPE S.A

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024

(Em Reais)

	Nota explicativa	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		6.581.812	5.890.220
Ajustes para conciliar o resultado ao caixa e equivalentes de caixa gerados pelas atividades operacionais:			
Depreciação e amortização	9/10	6.911.111	6.910.910
Juros sobre empréstimos	11	6.245.061	6.910.104
Amortização dos custos de transação dos empréstimos	11	863.777	863.778
Imposto de renda e contribuição social correntes	18	2.426.826	1.287.746
Aumento líquido/(redução) das contas de ativos e passivos operacionais			
Contas a receber de clientes		(764.495)	(787.352)
Tributos a recuperar		(20.540)	158.069
Outras contas a receber		(1.486.716)	(299.138)
Fornecedores		771.680	72.649
Obrigações tributárias		(566.383)	92.200
Outras contas a pagar		142.874	(665.942)
Caixa gerado pelas atividades operacionais		21.105.007	20.433.244
Juros pagos	11	(6.345.300)	(6.882.981)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(1.894.112)	(1.305.103)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais		12.865.596	12.245.160
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Aquisição de imobilizado	9	(367.761)	-
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimento		(367.761)	-
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Amortização do principal do empréstimo	11	(7.047.781)	(7.047.108)
Aplicação financeira restrita	11	(1.022.457)	(697.745)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento		(8.070.238)	(7.744.853)
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		4.427.596	4.500.307
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		18.531.859	14.031.552
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		22.959.455	18.531.859
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		4.427.596	4.500.307

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Coremas II Geração de Energia SPE S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima constituída em 10 de agosto de 2011 estabelecida no Sítio Escurinho município de Coremas, no Estado da Paraíba. Seu objetivo principal consiste na construção, operação e manutenção de usina solar fotovoltaica para venda de energia.

A Companhia possui atualmente uma central geradora de energia solar com dezesseis unidades geradoras (inversores) de 1,6875 MW de potência nominal totalizando 27 MW de capacidade instalada.

Em 4 de novembro de 2025, a CHINA ENERGY OVERSEAS INVESTIMENTO GESTAO E SERVICOS DO BRASIL LTDA., sociedade integrante do grupo China Energy, concluiu a aquisição de três usinas fotovoltaicas denominadas Coremas I, II e III, mediante a aquisição de 100% de participação societária em uma NewCo constituída para esse fim.

Em decorrência dessa transação, houve alteração no controlador final da Companhia, que passou a ser, indiretamente, o grupo China Energy. A Administração entende que a referida operação não impactou, de forma relevante, a continuidade operacional, tampouco os critérios contábeis adotados na elaboração das demonstrações financeiras.

1.1 Autorização para produção de energia elétrica

A Companhia possui autorização outorgada para produção independente de energia elétrica, conforme demonstrado a seguir:

Central Geradora	Portaria MME	Publicação da Portaria	Prazo Autorização	Capacidade de energia instalada (MW)	Garantia Física (MW médios)
UFV Coremas II	370/2016	19/07/2016	35 anos	27	6,9

1.2 Contrato de venda de energia

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia manteve contrato de compra e venda de energia de longo prazo, conforme demonstrado a seguir:

Central Geradora	Tipo Contratação	Compradora	Contrato Ano	Preço contratado por MW (a)	Prazo	Índice de Reajuste	Mês de Reajuste
Coremas II	7º Leilão de Energia de Reserva (LER)	CCEE	2015	R\$ 301,88	Ago/2017 a Jul/2037	IPCA	Agosto

O preço por MW é atualizado, anualmente, pelo índice IPCA que em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 509,21 (R\$ 483,93 em 31 de dezembro de 2024).

1.3 Constrained-off

O desempenho das usinas solares é impactado pela limitação relativa ao volume de energia a ser gerada imposta pelo Operador Nacional do Sistema elétrico (ONS). Esta usina sofreu um impacto significativo na geração de energia, devido ao aumento da frequência e duração da limitação de potência imposta pelo operador. Em 2025, não houve impacto de valores pertinentes ao constrained-off (R\$ 900.999 em 31 de dezembro de 2024).

2 Base de Preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A Administração da Companhia declara que todas as informações relevantes para a adequada interpretação das demonstrações financeiras estão devidamente apresentadas, sem omissões ou distorções que possam comprometer sua interpretação, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua Gestão.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração da Companhia em 22 de abril de 2026.

b. Base de Mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico amortizado, com exceção dos instrumentos financeiros que são mensurados a valor justo por meio do resultado.

c. Moeda funcional e de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia.

3 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Essas estimativas e premissas são baseadas em informações históricas e outros fatores relevantes, incluindo expectativas de eventos futuros que são considerados razoáveis sob as circunstâncias atuais. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

(i) Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

a. *Vida útil dos ativos*

A vida útil dos ativos é estimada com base na análise técnica das reais condições de uso e necessidade de manutenção do ativo bem como a análise do período pelo qual o ativo pretende ser utilizado nas operações da Companhia, conforme período de autorização indicado no item 1.1. Os ativos são submetidos à análise sobre a necessidade de testes de recuperabilidade (*impairment*) a cada exercício financeiro, para determinar se há algum indicativo de que os ativos sofreram alguma perda por redução do valor recuperável, conforme nota 4 (d)(ii).

b. *Provisão para perdas em processos judiciais*

As provisões para perdas em processos judiciais são constituídas, no passivo, com base na expectativa de perda provável definida pelos assessores jurídicos da Administração. Estas provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação.

c. *Provisão de ressarcimento*

A Companhia reconhece a provisão de ressarcimento em virtude de desvios negativos de geração de energia considerando-se as faixas de tolerância. O acompanhamento da energia gerada e contratada é realizado mensalmente, e a contabilização da provisão de ressarcimento ocorre, durante o ciclo contratual, quando a Companhia considera provável incorrer em passivos de ressarcimento por desvios negativos de geração de energia.

d. *Reconhecimento de receita anual variável*

A Companhia reconhece a receita quando da apuração dos desvios positivos de geração de energia considerando-se as faixas de tolerância. O acompanhamento da energia gerada e contratada é realizado mensalmente, e a contabilização da receita variável ocorre ao final do ciclo contratual quando há a apuração do saldo acumulado da conta de energia e a Companhia passa a ter o direito à contraprestação de receita sobre os desvios positivos de geração energia.

e. *Valor justo de instrumentos financeiros*

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

4 Principais políticas contábeis materiais

As principais políticas contábeis materiais utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, com exceção dos novos pronunciamentos e interpretações contábeis descritas na nota explicativa nº5.

d. Instrumentos financeiros

(i) Ativo financeiro

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados ou na data da negociação em que a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O desreconhecimento de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos respectivos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. A classificação de um instrumento financeiro no momento inicial é como segue:

- **Ativos financeiros ao custo amortizado:** são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzido de eventuais reduções em seu valor recuperável (perdas por impairment). As receitas de juros, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
- **Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado:** se o instrumento financeiro for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado após seu reconhecimento inicial, ou não tiver sido anteriormente reconhecido, a diferença no momento da designação entre o valor contábil, se houver, e o valor justo é imediatamente reconhecida no resultado.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR.

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Avaliação sobre os fluxos de caixa contratuais (pagamento de principal e de juros)

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de financiamento (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros, isso inclui a avaliação sobre se o ativo Financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou época dos fluxos de caixa;

- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxo de caixa de ativos específicos (por exemplos, baseados na performance de um ativo).

(ii) *Passivos financeiros*

Passivo financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. As classificações dos passivos financeiros são como seguem:

- **Mensurados pelo valor justo por meio do resultado:** são os passivos financeiros que sejam: (i) mantidos para negociação no curto prazo, (ii) designados ao valor justo com o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas a fim de se obter informação contábil mais relevante e consistente ou (iii) derivativos. Estes passivos são registrados inicialmente pelos respectivos valores justos, cujas mudanças são reconhecidas no resultado do exercício e, para qualquer alteração na mensuração subsequente dos valores justos que seja atribuível a alterações no risco de crédito passivo, se houver, que deve ser registrada contra outros resultados abrangentes. A Companhia possui passivos financeiros classificados nessa categoria.
- **Mensurados subsequentemente ao custo amortizado:** são os demais passivos financeiros que não se enquadram na classificação acima. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzido de quaisquer custos atribuíveis à transação e, posteriormente, registrados pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva de juros.

Os ativos e passivos financeiros somente são compensados e apresentados pelo valor líquido quando existe o direito legal de compensação dos valores e haja a intenção de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

As classificações dos instrumentos financeiros (ativos e passivos) estão demonstradas na nota explicativa nº 21.

(iii) *Instrumentos financeiros derivativos*

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a Companhia não celebrou contrato de instrumentos financeiros derivativos.

e. *Imobilizado*

(iv) *Reconhecimento e mensuração*

O ativo imobilizado é inicialmente mensurado pelo seu custo histórico de aquisição. Os componentes do custo contemplam (a) as aquisições; (b) os custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e em condição de funcionamento e (c) custos de empréstimos atribuíveis diretamente à construção do ativo imobilizado.

(v) *Custos subsequentes*

Os custos de manutenção periódica dos ativos são reconhecidos no resultado quando de sua competência. Custos subsequentes apenas são capitalizados quando, e na medida que, prováveis benefícios econômicos associados ao item fluam para a Companhia.

(vi) Depreciação

A depreciação é calculada separadamente para cada item do ativo com custo significativo (em relação ao custo total). O cálculo é efetuado com base na vida útil, limitado ao período de autorização, e valores residuais estimados, utilizando o método linear, considerando o menor período a entre a vida útil e o prazo de autorização (nota 1.1).

A depreciação do período é reconhecida no resultado e os métodos de cálculo, e as estimativas são revistas a cada exercício financeiro para determinar se há alguma indicação de que houve perda por redução de valor recuperável.

f. Receitas de venda de energia elétrica

A receita é mensurada e reconhecida com base no Contrato de Energia de Reserva – CER, na modalidade quantidade de energia elétrica de acordo com os seguintes parâmetros:

(i) Reconhecimento da receita

O principal critério de reconhecimento e mensuração da receita do contrato de energia de reserva é estabelecido com base na quantidade de energia entregue no ponto de verificação acordado entre as partes e com os preços especificados nos termos dos contratos de fornecimento. As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, líquida de quaisquer contraprestações variáveis. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve:

- A identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente;
- A identificação da obrigação de desempenho presente no contrato;
- A determinação do preço para cada tipo de transação;
- A alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e
- O cumprimento das obrigações de desempenho do contrato, sejam em um determinado período no tempo, ou ao longo do contrato. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

(ii) Contrato com CCEE

Corresponde, se aplicável, ao pagamento associado aos desvios positivos de geração de energia considerando-se as faixas de tolerância. Os valores são apurados ao final de cada ano contratual pelo controle do saldo acumulado da conta de energia.

Receitas mensais recorrentes

A Companhia reconhece receita operacional mensalmente pela entrega de produção da energia ao Contrato de Energia de Reserva (CER)

Receitas anuais variáveis

O Contrato de Energia de Reserva (CER) estabelece que sejam apuradas, ao final de cada ano contratual, as diferenças entre a energia gerada pelas usinas e a energia contratada com base na quantidade de energia (MWh) e o preço contratual. A parcela do saldo acumulado ao final de cada ano contratual que extrapolar os limites da faixa de tolerância confere direito à contraprestação de receita variável.

O reconhecimento da receita variável no resultado ocorre mensalmente, após apuração do saldo acumulado da energia gerada excedente, quando a Companhia controla entende o cumprimento dar com a obrigação de desempenho contratual.

g. Redução ao valor recuperável

A Companhia, quando aplicável, reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- (i) **Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado:** A perda estimada com créditos de liquidação duvidosa de cliente é reconhecida quando, e na medida em que, a Administração considera que é pouco provável que o devedor pague suas obrigações de crédito à Companhia.
- (ii) **Ativos não financeiros:** O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior valor entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo supere o valor recuperável estimado.

No exercício findo em 2025 e 2024 a Companhia concluiu não haver indicativos de redução ao valor recuperável de seus ativos (financeiros e não financeiros).

h. Imposto de renda e contribuição social correntes

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia foi optante pela tributação no regime de lucro presumido.

Nessa sistemática, o resultado para fins de IRPJ e CSLL da Companhia é calculado aplicando-se sobre a receita apurada as alíquotas definidas para essa atividade, que são de 8% e 12%, respectivamente. Sobre o resultado presumido foram aplicadas as alíquotas de imposto de renda e contribuição social vigentes na data do encerramento de cada exercício (15% mais adicional de 10% para lucros superiores a R\$ 240 anuais para IRPJ, e 9% para CSLL)

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes.

i. Provisões

As provisões são reconhecidas em virtude de um evento passado, quando há uma obrigação legal que possa ser mensurada de maneira confiável e se for provável a exigência de um recurso econômico para sua liquidação.

j. Receita e despesa financeira

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, estas são reconhecidas, em sua competência, no resultado do exercício por meio do método da taxa efetiva de juros.

As despesas financeiras abrangem despesas com custo e juros sobre os empréstimos, IOF, despesas bancárias, multas contratuais, e juros sobre outras obrigações que são diretamente

atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, mensurados no resultado através do método da taxa efetiva de juros.

Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas contábeis, vigentes para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2024, não impactaram a preparação destas demonstrações financeiras, conforme detalhado a seguir:

5 Novas normas e interpretações ainda não efetivadas

A. CPC 51 - Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis

O CPC 51 substituirá o CPC 26 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais.

- As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.
- As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.
- Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.

Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

A Companhia ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas da Companhia, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. A Companhia também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como ‘outros’.

B. Outras Normas Contábeis

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Contratos de eletricidade relacionados à natureza (alterações CPC 40 e CPC 48)
- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações CPC 40 e CPC 48)

6 Caixas e equivalentes de caixa

	2025	2024
Banco conta movimento	47.381	2.348.757
Aplicações financeiras (a)	<u>22.912.074</u>	<u>16.183.102</u>

22.959.455 18.531.859

- (a) A conta corresponde a aplicações financeiras de resgate imediato, com baixo risco de mudança de valor e com prazo de vencimento inferior a 90 dias da data da aplicação e com a finalidade de atender às obrigações de curto prazo. A remuneração das aplicações é de, em média, 15% no exercício de 2025 (10,88% no exercício de 2024).

7 Contas a receber

	2025	2024
Recebíveis de energia de reserva – receita recorrente (a)	2.490.678	2.366.902
Recebíveis de energia de reserva – receita variável (b)	1.332.397	691.678
	<u>3.823.075</u>	<u>3.058.580</u>

(a) Montante a receber decorrente da parcela mensal da receita recorrente descrita na nota 4c (ii).

(b) Montante a receber decorrente da parcela de receita anual variável descrita na nota 4c (ii).

A abertura do saldo a receber, de 2025, por vencimento está demonstrada no quadro a seguir:

	Valor
A vencer em até 30 dias	3.823.075
Total a vencer	<u>3.823.075</u>

8 Outras contas a receber

	2025	2024
Prêmios de seguro (a)	372.297	369.790
Acordo operacional (b)	99.086	150.189
Reembolso de Despesas	3.244.842	1.169
Demais contas a receber	375.447	68.190
Carta Fiança (c)	-	1.366.741
Depósitos Judiciais (d)	-	648.877
	<u>4.091.672</u>	<u>2.604.956</u>

- (b) Prêmios de seguro: são despesas pagas antecipadamente referentes às apólices de seguros de risco operacional e responsabilidade civil necessários para operação da usina. Os valores são apropriados nas contas de despesa, mensalmente, em função do prazo de vigência das apólices.

- (c) Acordo operacional: se referem aos reembolsos a receber de Coremas I e Coremas III decorrentes de acordo operacional firmado para divisão de custos aplicáveis ao uso compartilhado da subestação de Coremas II.

- (d) Carta Fiança: são despesas pagas referente a Carta Fiança FI187/17-TR02-C2 do Banco BTG em vigor até 30-05-2025, **atrelada aos empréstimos com o BNB e** tem natureza de **garantia**, com o objetivo de assegurar o cumprimento de obrigações contratuais por parte da Companhia. Em 2025, a garantia anteriormente vinculada a uma operação de crédito específica da Companhia foi liberada pelo Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB). Em decorrência desse evento, foi autorizada a liquidação da garantia bancária emitida pelo Banco BTG Pactual S.A., cuja efetivação estava condicionada à manutenção de tal garantia.

- (e) Depósito Judicial: se refere ao Auto de Infração n. 17227.724143/2022-72 em que está sendo discutido o valor da multa aplicada sobre autuação decorrente de diferença entre valor declarado e recolhido na ECF e DCTF no ano de 2018. Houve julgamento e trânsito em julgado da ação e em 2025 houve liquidação do valor depositado em Juízo.

9 Imobilizado

	<u>Máquinas e Equipamentos</u>	<u>Imobilizado em Andamento</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31/12/2023	127.668.019	-	127.668.019
Aquisições	-	-	-
Depreciação do período (a)	(6.877.778)	-	(6.877.778)
Saldos em 31/12/2024	120.790.241	-	120.790.241
Aquisições	357.500	10.261	367.761
Depreciação do período (a)	(6.877.778)	-	(6.877.778)
Saldos em 31/12/2025	114.269.963	10.261	114.280.427

- (f) A depreciação é reconhecida no resultado pelo método linear de acordo com a vida útil estimada para cada unidade geradora. A vida útil para a Central Geradora (UFV) foi estimada por meio de laudo técnico de engenharia. A depreciação dos ativos está limitada ao período de autorização, conforme notas explicativas 1.1 e 4b. A taxa média anual de depreciação da central geradora e do grupo de computadores e periféricos foi de 5,49% a.a.

10 Intangível

	2025	2024
Direito de uso de terreno (a)	1.000.000	1.000.000
(-) Amortização acumulada	(301.389)	(268.056)
	698.611	731.944

- (g) A rubrica se refere ao valor integralmente pago á Rio Alto Energia Empreendimento e Participação LTDA pelos direitos de usufruto de 30 anos do Sítio Escurinho em Coremas-PB, onde a Usina Fotovoltaica está implantada.

11 Empréstimos e financiamentos

	2025	2024
Banco do Nordeste (a)	87.927.821	95.075.841
(-) Custos de transação (b)	(10.293.345)	(11.157.122)
(-) Fundo de reserva (c)	(10.026.971)	(9.004.514)
	67.607.505	74.914.205
Circulante	6.370.070	6.470.413
Não circulante	61.237.435	68.443.792
	67.607.505	74.914.205

- (h) Se refere ao saldo a pagar do financiamento tomado do Banco do Nordeste para construção do Complexo Solar de Coremas II à taxa de juros 2,7382% a.a. + IPCA. Primeira parcela a pagar teve seu vencimento de 15/12/2020. O último pagamento de parcela de empréstimo (principal e juros) está contratualmente previsto para 15/11/2037.

Cronograma dos vencimentos classificados em passivos não circulantes

O fluxo de amortização está demonstrado a seguir:

2026	6.370.070
------	-----------

2027	7.049.927
A partir de 2028	<u>54.187.508</u>
	<u>67.607.505</u>

- (i) Os valores alocados como custo de transação se referem às despesas incorridas com taxas de comissão, garantia e compromisso diretamente atribuíveis aos empréstimos tomados do Banco do Nordeste. Estes valores estão sendo amortizados de acordo com o prazo de contratual da dívida.
- (j) O valor de fundo de reserva se refere à aplicação financeira cuja propriedade e posse direta foi concedida ao Banco do Nordeste em virtude do financiamento contratado. O saldo deste ativo representa no mínimo 5,34% do saldo devedor e pode, de acordo com as regras contratuais, ser realizado pelo proprietário fiduciário para amortização da dívida bancária.

A movimentação do saldo dos empréstimos está demonstrada a seguir:

Saldo em 1º de janeiro de 2024	<u>81.768.157</u>
(+) Despesas de juros incorporadas à dívida	6.910.104
+ Amortização custos de transação	863.7787
(-) Juros pagos	(6.882.981)
(-) Amortização do principal da dívida	(7.047.108)
(-) Aumento do fundo de reserva (aplicação restrita)	<u>(697.745)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2024	<u>74.914.205</u>
(+) Despesas de juros incorporadas à dívida	6.245.061
(+) Amortização custos de transação	863.777
(-) Juros pagos	(6.345.300)
(-) Amortização do principal da dívida	(7.047.781)
(-) Aumento do fundo de reserva (aplicação restrita)	<u>(1.022.457)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2025	<u>67.607.505</u>

O contrato de empréstimo possui cláusulas restritivas (covenants) qualitativas e quantitativas, as quais são acompanhadas anual e mensalmente, respectivamente, pela Companhia Em 2024 e 2025, a Companhia cumpriu integralmente todas as cláusulas e condições (covenants) previstas nos contratos de empréstimos e financiamentos celebrados com instituições financeiras.

12 Obrigações tributárias

	2025	2024
PIS a Recolher	16.996	29.843
COFINS a Recolher	78.445	137.737
ICMS a Recolher	2.086	-
ISS Retido na Fonte a Recolher	528.156	521.497
IRRF a Recolher	50.637	51.255
INSS Retido na Fonte a Recolher	2.850.238	2.848.821
PIS, COFINS e CSLL Retido na Fonte a Recolher	41.830	41.406
	<u>3.568.388</u>	<u>3.630.559</u>

13 Dividendos a pagar

Foram reconhecidos os dividendos mínimos, conforme determina o Estatuto Social, no valor de R\$ 67.364.

	2025	2024
NewCo S.A.	67.364	-
	<u>67.364</u>	<u>-</u>

14 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 o capital social de R\$ 72.909.443, foi representado por 72.909.443 quotas, com o valor nominal de R\$1,00 (um real) cada uma, totalmente subscritas e integralizadas, ficando a composição entre os cotistas da seguinte forma:

	2025	2024
New Co S.A.	72.909.443	72.909.443
	<u>72.909.443</u>	<u>72.909.443</u>
	Número de quotas	%
	R\$	
New Co S.A.	72.909.443	100%
	<u>72.909.443</u>	<u>100%</u>

15 Receita operacional líquida

	2025	2024
Receita bruta da venda de energia	29.537.256	29.559.386
Outras receitas (a)	-	900.999
(-) Tributos sobre receita	(1.079.266)	(1.111.804)
	<u>28.457.989</u>	<u>29.348.580</u>

- (a) Conforme mencionado na nota explicativa 1.3, o desempenho das usinas solares tem sido impactado pela limitação relativa ao volume de energia a ser gerada imposta pelo operador brasileiro do sistema (ONS), constrained-off, deste modo a Companhia reconheceu em 2024 o valor de R\$ 900.999, que é fruto da compensação destas limitações. Em 2025, não houve impacto referente à constrained-off.

16 Custos e despesas

	2025	2024
Tarifas de transmissão de energia (a)	(1.174.328)	(1.152.078)
Custos de manutenção (b)	(2.405.350)	(1.361.978)
Custo da Compra de energia (c)	(83.478)	(1.180.682)
Outros Custos (d)	-	(27.956)
Depreciação e amortização	(6.911.111)	(6.910.910)
Serviços prestados por terceiros	(983.172)	(808.159)
Outras despesas	(1.033.657)	(900.570)
Indenização de Seguro (e)	2.036.776	-

	<u>(10.554.320)</u>	<u>(12.342.333)</u>
Custos da operação	(10.574.267)	(10.633.604)
Despesas administrativas e gerais	(2.016.829)	(1.708.729)
Outras receitas operacionais	2.036.776	-
	<u>(10.554.320)</u>	<u>(12.342.333)</u>

- (a) Refere-se às taxas relativas à transmissão de energia que são cobradas com relação à distribuição da energia.
 (b) Custo de manutenção dos equipamentos do parque.
 (c) Compra devido à produção menor do contratado com a CCEE, em 2024.
 (d) Penalidades por produção à menor em relação ao contrato com a CCEE.
 (e) Trata-se de indenização recebida de seguro SWISS RE Corporate Solutions.

17 Resultado financeiro líquido

	2025	2024
Rendimento de aplicações financeiras	1.597.342	932.297
Outras receitas	153.724	178.726
Receita financeira	<u>1.751.066</u>	<u>1.111.023</u>
Juros passivos sobre empréstimos (a)	(5.568.229)	(6.175.919)
Amortização custo transação e carta fiança	(4.125.679)	(4.081.932)
IOF	(92.238)	(41.474)
Despesas bancárias	(45.549)	(38.591)
Outras despesas financeiras	(814.402)	(601.388)
Despesas financeiras	<u>(10.646.097)</u>	<u>(10.939.304)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(8.895.031)</u>	<u>(9.828.281)</u>

- (a) Na conta de Juros de Empréstimos estão incluídos os juros sobre os contratos de financiamento e sobre o Acordo Operacional com a Coremas II (Nota 17)

18 Imposto de renda e contribuição social

A composição do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro estão demonstradas a seguir:

(i) Conciliação do lucro tributável

	2025	2024
Receita operacional tributável	29.537.256	30.460.384
Receita financeira tributável (a)	1.597.342	1.098.724
Outras receitas	2.036.776	-
Total da Receita Tributável	<u>33.171.374</u>	<u>31.559.108</u>
Apuração do lucro presumido para fins de IRPJ		
Alíquota de presunção sobre receita operacional	8%	8%
Alíquota de presunção sobre receita financeira	100%	100%
Lucro presumido para fins de IRPJ apurado	<u>5.997.099</u>	<u>3.535.555</u>
Apuração do lucro presumido para fins de CSLL		
Alíquota de presunção sobre receita operacional	12%	12%
Alíquota de presunção sobre receita financeira	100%	100%

Lucro presumido para fins de CSLL apurado	7.178.589	4.753.970
---	-----------	-----------

(ii) Apuração do valor devido de IRPJ e CSLL

	2025	2024
IRPJ Devido (alíquota 15%)	899.565	530.333
Adicional de IRPJ devido (alíquota 10%)	575.710	329.556
Total de IRPJ devido	1.475.275	859.889
CSLL devida (alíquota 9%)	646.073	427.857
Total de CSLL devida	646.073	427.857
IRPJ corrente devido	1.473.703	859.889
CSLL corrente devida	646.073	427.857
Complemento devido (b)	307.050	-
Total de imposto de renda e contribuição social	2.426.826	1.287.746

(a) Em 2024, a Companhia reconheceu receita financeira no valor de R\$ 12.299 decorrente de atualização monetária (Selic) sobre indébito tributário, que não compõe a base de cálculo de IRPJ e CSLL, conforme definição do STF - Tema nº 962.

(b) Em 2025, a Empresa reconheceu o valor de R\$ 307.050 de IRPJ e CSLL referente à regularização de débito tributário de 2018 inscrito em dívida ativa federal. Trata-se de Mandado de Segurança que busca anular a citação por edital realizada no processo administrativo de nº 17227.724143/2022-72, referente à cobrança de IRPJ e CSLL de 2018 sobre receitas financeiras para à nulidade da intimação para reduzir o valor da multa, correspondente a 75% do valor devido.

19 Transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas se referem aos valores movimentados entre empresas do grupo para pagamento de fornecedores e manutenção do fluxo de caixa. A composição da movimentação destes valores está demonstrada na tabela a seguir:

	2025	2024
Ativo circulante		
New Co (a)	3.244.842	-
Coremas I - (b)	49.543	70.693
Coremas III (b)	49.543	79.496
Coremas I – Reembolso de Despesas (c)	-	584
Coremas II – Reembolso de Despesas (c)	-	584
	3.343.927	151.357
Outras contas a pagar	2025	2024
New Co (a)	289.314	146.441
	289.314	146.441
Dividendos a Pagar	2025	2024
New Co (d)	67.364	-
	67.364	-
Despesas Financeiras	2025	2024
Juros sobre Empréstimos - Acordo Operacional (b)	(676.832)	(734.185)

(676.832)	(734.185)
-----------	-----------

- (a) Refere-se a operações com a controladora decorrentes do compartilhamento de despesas administrativas e operacionais.
- (b) Referente ao Acordo Operacional com as Coremas I e III Geração de Energia SPE SA para compartilhamento das despesas financeiras referentes ao empréstimo captado para construção da Subestação, que atende às Coremas I, II e III.
- (c) Saldo originado de reembolso de despesas com advogados.
- (d) Dividendos mínimos obrigatórios constituídos em conformidade com o Estatuto Social.

19.1 Pessoal-chave da Administração

A Companhia optou por não realizar pagamentos de remuneração do pessoal-chave da Administração nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024. A remuneração da Administração da Companhia é paga pela China Energy Overseas Investimento Gestão e Serviços do Brasil Ltda. (CEEC Brasil).

A Companhia não tem nenhuma obrigação adicional de pagamento de benefícios pós-emprego, bem como não oferece outros benefícios de longo prazo, tais como licença por tempo de serviço e outros benefícios por tempo de serviço.

20 Compromissos futuros

A seguir estão divulgados os principais compromissos da Companhia para os anos subsequentes:

	2026	2027	2028	2029 a 2037
CUST (a)	1.037.270	1.037.695	1.038.120	9.362.257
Manutenção (b)	866.983	867.338	867.694	7.825.270
Seguros (c)	532.777	532.995	533.214	4.808.772
Total	2.437.029	2.438.028	2.439.028	21.996.299

(f) Encargos devidos ao uso do sistema de transmissão (CUST)

Durante toda a operação dos projetos a Companhia irá incorrer com gastos referentes aos encargos por uso de sistema de transmissão, objeto dos Contratos de Uso do Sistema de Transmissão (CUST) para empreendimentos conectados na rede de transmissão.

(g) Contratos de operação de manutenção

A Companhia possui contrato de longo prazo com fornecedor para manutenção das usinas fotovoltaicas.

(h) Seguros

A Companhia mantém contratação de seguros que proporcionam cobertura para eventuais riscos operacionais, de responsabilidade civil e de perda e/ou deterioração dos ativos. A Administração considera que os valores segurados são suficientes para proteção de todos os ativos e compromissos e valores relevantes de alto nível de risco.

21 Provisões para perdas em processos administrativos e judiciais

A Companhia não foi parte em processos administrativos e judiciais oriundos do curso normal de suas operações. Com base nas informações e avaliações de seus assessores jurídicos externos, a

Administração não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão de contingência no passivo ou de divulgação em nota explicativa, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

22 Instrumentos financeiros

A Companhia possui operações com instrumentos financeiros, de acordo com as políticas contábeis descritas na nota explicativa 4(a). O gerenciamento dos instrumentos financeiros ocorre por meio do acompanhamento da variação das taxas de juros e indexadores de empréstimos, da avaliação do risco de crédito de seus ativos, do monitoramento das cláusulas de *covenants* e da projeção do fluxo de caixa para os próximos exercícios financeiros.

b. Classificação dos instrumentos financeiros

	Valor Justo por Meio do		Custo Amortizado	
	Resultado			
	2025	2024	2025	2024
Ativos				
Caixa e conta corrente	-	-	47.381	2.348.757
Aplicações financeiras	22.912.074	16.183.102	-	-
Contas a receber	-	-	3.823.075	3.058.580
Outras contas a receber	-	-	4.091.672	2.604.956
Passivos				
Fornecedores	-	-	927.636	155.956
Dividendos a Pagar	-	-	67.364	-
Outras contas a pagar	-	-	289.314	146.441
Empréstimos e financiamentos	-	-	67.607.505	74.914.205

c. Valor justo dos instrumentos financeiros

	Nível (*)	2025		2024	
		Valor Contábil	Valor justo (i)	Valor Contábil	Valor justo (i)
Ativos					
Caixa e conta corrente	Nível 2	47.381	47.381	2.348.757	2.348.757
Aplicações financeiras	Nível 2	22.912.074	22.912.074	16.183.102	16.183.102
Contas a receber	Nível 2	3.823.075	3.823.075	3.058.580	3.058.580
Outras contas a receber	Nível 2	4.091.672	4.091.672	2.604.956	2.604.956
Passivos					
Fornecedores	Nível 2	927.636	927.636	155.956	155.956
Dividendos a Pagar	Nível 2	67.364	67.364	-	-
Outras contas a pagar	Nível 2	289.314	289.314	146.441	146.441
Empréstimos e financiamentos	Nível 2	67.607.505	67.607.505	74.914.205	74.914.205

(i) A Administração da Companhia entende que o valor de mercado de seus financiamentos é similar ao valor contábil.

(*) A Companhia segue a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

Nível 1 – preços cotados nos mercados para ativos e passivos idênticos

Nível 2 – outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente, e

Nível 3 – técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

d. Gestão de riscos financeiros

A Companhia é responsável pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar, analisar e definir limites e controles apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites:

(iii) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Os valores contábeis dos ativos financeiros e ativos de contrato representam a exposição máxima do crédito. Em 2025 e 2024, a Administração avaliou não necessário o reconhecimento de perdas por redução ao valor recuperável sobre ativos financeiros e de contratos.

Contas a receber

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais do cliente. A Companhia estabelece uma provisão para redução ao valor recuperável que representa sua estimativa de perdas esperadas com relação às contas a receber de clientes. As estimativas são calculadas com base no registro histórico de descumprimento contratual e/ou inadimplências. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia avaliou não necessário o reconhecimento de uma provisão para redução ao valor recuperável.

Aplicações financeiras

A Companhia limita sua exposição ao risco de crédito através do investimento em aplicações financeiras que tenham um mercado líquido.

(iv) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, se causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a sua reputação.

Exposição ao risco de liquidez

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data da demonstração financeira. Esses valores são brutos e não-descontados, e incluem pagamentos de juros contratuais:

	Valor Contábil	Até 2026	Até 2027	2028 à 2037	TOTAL
Fornecedores	927.636	927.636			927.636
Empréstimo BNB	67.607.505	6.370.070	7.049.927	74.507.824	87.927.821
Dividendos a Pagar	67.364	67.364			67.364
Outras contas a pagar	289.314	289.314			289.314

(v) Riscos de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado – tais como taxas de câmbio

e taxas de juros – irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Análise de Sensibilidade

Em atendimento ao item 40 do CPC 40 – Instrumento Financeiros Evidenciação, a Companhia efetua a análise de sensibilidade de seus instrumentos financeiros.

A Companhia efetua a análise de sensibilidade de seus Instrumentos Financeiros com o objetivo de mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro. A liquidação das transações envolvendo estas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado para preparação destas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia em função da variação de cada risco detectado.

No quadro a seguir estão apresentados todos os instrumentos financeiros da Companhia que estão expostos à indexadores, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário provável adotado pela Companhia, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas.

	Cenário Realizado	Cenário Provável	Sensibilidade		
	31/12/2025	31/12/2026	Provável	Δ + 25%	Δ + 50%
Variação das taxas de juros e índices					
Risco de variação das taxas de juros e IPCA	4,36%	3,91%	-0,45%	-0,56%	-0,68%
Risco de variação das taxas de juros e CDI	15,00%	12,00%	-3,00%	-3,75%	-4,50%

	Índice	Saldos em 31/12/2025	Sensibilidade		
			Provável	Δ + 25%	Δ + 50%
Risco de variação do passivo					
Empréstimos e financiamentos	IPCA	77.634.476	(349.355)	(436.694)	(524.033)
Fundo de reserva vinculado ao empréstimo	CDI	-10.026.971	(300.809)	(376.011)	(451.214)
Total		67.607.505	(650.164)	(812.705)	(975.246)
Risco de variação do ativo					
Aplicações financeiras e fundos vinculados	CDI	22.912.074	(687.362)	(859.203)	(1.031.043)
Total		22.912.074	(687.362)	(859.203)	(1.031.043)

23 Eventos Subsequentes

Após a data-base das informações financeiras, a garantia anteriormente vinculada a uma operação de crédito específica da Companhia foi liberada pelo Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB). Em decorrência desse evento, foi autorizada a liquidação da fiança bancária emitida pelo Banco BTG Pactual S.A., a qual estava condicionada à manutenção dessa garantia.

A liberação da garantia e o consequente pagamento da fiança bancária não afetam a posição financeira da Companhia na data-base.